

Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense/ RN a partir da escrita de Francisco Amorim

Architect of memory, identity and weaver writer of stories: the construction of assuense 'space' from Francisco Amorim writing

Roberg Januário dos Santos¹

Lucilvana Ferreira Barros²

Iranilson Buriti de Oliveira³

Resumo

Este artigo objetiva problematizar a construção identitária do espaço assuense a partir da escrita de Francisco Augusto Caldas de Amorim. A narrativa deste escritor torna-se fecunda para refletirmos acerca da construção de uma identidade espacial e, por conseguinte, de uma rostidade local mediante uma discursividade consubstanciada em aspectos de uma tradição que, por sua vez, se traduz em elementos de um passado arquetípico. Nesse sentido, festejos populares, cognomes, heroísmos, artes cênicas e a poetização do espaço, entre outros, são alçados a um platô de saudosismo e glorificação, de modo que os traços escriturísticos de Francisco Amorim se voltam para mostrar aos seus conterrâneos/leitores o capital cultural e histórico do Assú. Assim, o rosto assuense é modelado por este escritor através de sua sensibilidade: poética, religiosa, memorialística e artística.

Palavras-chave: Assú. Espaço. Francisco Amorim.

¹ Mestrando e Bolsista Reuni pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro dos Grupos de Pesquisa em Estudos Culturais e História das Práticas e Discursos Médicos. E-mail: roberg.assu@hotmail.com

² Mestranda e Bolsista Reuni pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro dos Grupos de Pesquisa em Estudos Culturais e História das Práticas e Discursos Médicos.

³ Professor da Unidade Acadêmica de História/Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Pesquisador e bolsista do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisas História das Práticas e Discursos Médicos.

Abstract

This article problematizes the identity construction of assuense space from the writing of Francisco Augusto Caldas de Amorim. The narrative of this writer has been fertile to reflect about the construction of a space identity and, therefore, a local view from a discussion based of a tradition that translates in some elements an archetypal past. In this sense, popular festivities, nicknames, heroisms, scenic arts and poeticization of space, among others, they are reached in a plateau of nostalgia and glorification, so that the writing traces of Francisco Amorim come back to show his countrymen / readers the historical and cultural capital of Assu. So the assuense face is modeled by this writer through his sensibility: poetic, religious, moralist and artistic.

Keywords: Assu. Space. Francisco Amorim.

Introdução

Um espaço é um reticulado de ações, de deslocamentos, de trajetórias, é uma rede de relações de toda ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e discurso. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 108)

As palavras de Albuquerque Junior são sintomáticas para pensarmos a dimensionalidade do espaço, na medida em que este não é algo a priori, elemento fixo sem função. O espaço é parte constituinte das temporalidades. Ele é fruto das astúcias humanas, das ações e práticas, inclusive aquelas de cunho narrativo, oportunidade em que os discursos projetam espaços, sejam eles da saudade, do sonho, do imaginário, entre outros. O espaço é um lugar praticado, algo que é movimentado, mexido, algo não necessariamente fixo e, por conseguinte, mutável. O espaço é fruto da inventividade dos homens; ele é, como diria Albuquerque Junior, muito mais do que um cenário tornando-se um conjunto de cenas, oportunidade em que apresentam uma série de redes e de relações, tramas e enredos.

Conforme Michel de Certeau (2011, p.183), “todo relato é um relato de viagem - um relato de espaço”. Nesse sentido, os relatos, narrativas ou discursos mexem com o lugar, modificam a ordem dada, movimentam o que era estaque, assim estes elementos promovem visibilidade aos espaços, lhes oportunam imagéticas, desejos, fábulas, sensibilidades e identidades. Por

esse prisma, o espaço está no âmbito da relação e não somente na esfera da localização e extensão, o que implica pensar que estes podem ser definidos pelo viés das disputas, conflitos ou das perspectivas de relacionamento, sejam elas econômicas, políticas ou simbólicas.

Além disso, cartografar um espaço está para além dos dados estatísticos e métricos implicando um mapeamento das condições inventivas, existenciais, estéticas, filosóficas e performativas. Assim, cartografar uma espacialidade é prover um mapeamento do seu próprio rosto, ou seja, da sua própria paisagem, uma vez que a face da significância e da subjetividade, notadamente compreendida mediante um quadro branco possível de escritura e um buraco negro suscetível de consciência, paixão e redundância, indicam que “não há rosto que não envolva uma paisagem desconhecida, inexplorada, não há paisagem que não se povoe de um rosto amado ou sonhado, que não desenvolva um rosto por vir ou já passado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 38). Esse pensamento de Deleuze e Guattari exprime bem a relação da paisagem espacial com a face que lhe é projetada, ou seja, os espaços são em muitos casos rostificados, são frutos de closes, de formas de olhar, de perfis, de estéticas e de direcionamentos.

Desse modo, o rosto é uma superfície que pode ser mapeada em seus mais diversos traços, linhas, formas, geometrias e simbologias. São pelos rostos que determinadas escolhas são feitas ou guiadas e como diria Deleuze e Guattari (1996, p. 47), [...] a gramática comum nunca é separável de uma educação dos rostos. “O rosto é um verdadeiro porta-voz”. Assim, além de entender os rostos como enunciadores, compreendemos que os elementos da língua, da linguagem e da gramática estão atravessados pela noção de rostidade, o que nos possibilita pensar que a nomeação das coisas também se dar mediante a ideia facial que se faz destas. Por isso, particularmente tratando da escrita, observamos esta última pelo prisma de uma máquina de rostidade, ou seja, a maquinaria discursiva que viabiliza a escrita toma por base aspectos faciais pretéritos, por sua vez usinando novos rostos.

Nesse sentido, pensando na produção dos espaços e, por conseguinte, na constituição de rostos espaciais, objetivamos problematizar a construção identitária do espaço assuense a partir da escrita de Francisco Augusto Caldas de Amorim. Procuramos refletir como esse escritor e intelectual gestou uma discursividades acerca do Assú, como ele pensou, adjetivou e narrou a sua maneira a espacialidade assuense, de modo a lhe proporcionar um rosto, uma face, uma cara para sua cidade.

1 Francisco Amorim: Rastros de uma trajetória

Os escritos históricos, memorialísticos e literários de Francisco Amorim, escritor assuense, publicados entre 1960 e 1990, traduzem certa ordem escriturostica, na medida em que suas narrativas indicam rastros perpassados por um forte apego ao passado, ao local, e ao tradicional, de modo que o esforço em valorizar as raízes históricas do lugar construiu uma identidade local positiva tanto no passado, quanto no presente e no futuro. Assim, a escrita de Francisco Amorim se coaduna para delinear uma ideia de tradição assuense, pois reforça a concepção de uma cidade que herdou do passado sua grandeza, notadamente ancorada na concepção de Atenas Norte-Riograndense, terra dos poetas, do teatro, terra de São João Batista, terra dos heróis, de festejos populares, entre outros.

Francisco Augusto Caldas de Amorim nasceu em Assú no ano de 1899, filho de Palmério Augusto Soares de Amorim e Maria Erudina Caldas de Amorim. Pertencente à família tradicional da cidade, Francisco Amorim cresce no convívio com a ordem das letras, pois sua vida na infância e juventude esteve ligada aos dois espaços comerciais de propriedade de sua família, a saber: a Farmácia Amorim e a Tipografia Amorim. Além da venda de medicamentos, a Farmácia Amorim durante o início do século XX era o ponto de encontro dos intelectuais assuenses, espaço dos diálogos boêmios e poéticos aos fins de tardes. Já na tipografia, a principal que o Assú teve nessa época, gerenciada pelo seu irmão Palmério Filho, Chisquito, como assim ficou conhecido Francisco Amorim, foi redator por vários anos do jornal *A Cidade*, periódico que circulou em Assú nas três primeiras décadas do século acima citado.

Assim, a vivência de Francisco Amorim era tomada pela ordem das letras, pois sua prática de escrever já lhe rendia um lugar de produtor dessa ordem. Estes ambientes foram fundantes para o aprendizado de Amorim, assim como as aulas com as professoras França e Sinhazinha Wanderley, ambas do Assú. Este intelectual assuense também exerceu vários outros cargos e funções ao longo de sua vida, pois foi desde auxiliar de farmácia, vereador, Inspetor de ensino, Juiz de Paz, Auditor Fiscal Federal e até prefeito da cidade do Assú entre (1953-1958), entre outros. Francisco Amorim faleceu em 1994.

A trajetória de jornalista e poeta conduziu Francisco Amorim à condição de escritor, condição esta que permitiu a ele integrar os quadros de várias instituições ligadas à produção e divulgação do saber, entre elas se destaca o

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902. A sua participação como membro do IHGRN a partir de 1964, possibilitou-lhe também o status de historiador, ou seja, fazer parte do corpo de membros deste Instituto lhe rendeu a prerrogativa de agente narrador da história assuense. De acordo com este contexto, Francisco Amorim tornou-se um tipo de guardião da história do Assú, aquele tido pelos seus pares como o agente imortalizador da historicidade local que tendia a se esvanecer, se perder pela ação do tempo.

O discurso desse escritor ganhou ares pedagógicos, uma vez que é um tipo de lição ao povo assuense. Além do mais, os textos produzidos por Francisco Amorim estão implicitamente amparados pela legitimidade de um lugar institucional lhe fornecido pelo IHGRN, instituição essa que abrigou em seus quadros vários assuenses. Como diria Michel de Certeau (2011, p. 113), “[...] em vez de crer na escrita, acredita-se na instituição que determina seu funcionamento. A relação do texto com um lugar confere sua forma e sua garantia ao suposto saber do texto”. Ou seja, o lugar institucional legitima o discurso escriturístico ao ponto de lhe outorgar a força discursiva do contexto espaço/temporal que este foi produzido.

Além do mais, esse intelectual adotou postura no sentido de fornecer ao lugar uma memória que pudesse ser escrita, é aquele que tenta salvar a historicidade local. Sua luta foi contra a diluição da história assuense pela ação do tempo. Ele procurou, por meio de sua escritura, preencher o espaço assuense de atributos que na sua visão seriam balizas de uma trajetória vivencial. Assim, foi reconhecido como representante da tradição poética e intelectual do Assú, reconhecido como aquele que reascendia o passado glorioso e enfrentava os novos tempos utilizando à escrita. Para alguns, sua morte implicaria a perda do sustentáculo dessa tradição. Tal situação foi reafirmada por Expedito da Silveira que ao prefaciar o livro *O Açu no roteiro das glosas* (1981), de autoria de Francisco Amorim, evidenciou que

Tanto que, quando Você “entregar os pontos”, mudando-se para outra vida, com as graças de Deus melhor do que esta tudo indica que a nossa tradição ficará entregue às baratas, em matéria de literatura. É que ainda não despontou, até hoje, nenhuma geração capaz de corresponder às glórias do nosso passado. Lamentavelmente, é o quadro sombrio que se descortina, em nossa terra fadada a viver, com tal, só, e tão-somente, de uma ancestralidade, que jamais será revivida (1981, p. 9).

2 Francisco Amorim e a produção do espaço assuense por meio da escrita

No trato biográfico de um seridoense que se radicou em Assú desde 1905 até seu falecimento em 1932, dedicado ao mundo da boemia e da poesia, Francisco Amorim mostra no livro *Eu conheci Moysés Sesyon* (1961, p 43) que “o nosso desejo é homenageá-lo, fazer com que não pereça a sua lembrança, para que a voragem do tempo não consuma e não destroce o seu trabalho e sua movimentação intelectual, digna de pertencer aos arquivos literários”. Aqui, mais uma vez, há uma tentativa de exaltar o passado, por meio de uma narrativa que pretende fundar uma lembrança daquilo que foi importante na história assuense, notadamente o heroísmo intelectual, poético e artístico, mesmo que seja por via de uma pessoa não natural do lugar, mais que se inseriu e fez parte daquele passado tão memorável para este escritor.

Já em *Assu da minha meninice* (1982, p. 7), Francisco Amorim argumenta que os relatos presentes nesta obra

“são reminiscências infantis chegada à juventude, que necessitam de gravação para que o tempo, no seu caminhar destruidor, não faça desaparecer. Suscetível a apreciação alheia, nem por isso deixa de ter o timbre da autenticidade. São passagens revividas, sentidas e espiritualmente renovadas”.

Assim, considerando que a memória diz respeito a uma reconstrução que atualiza o passado, de modo que são desencadeadas estratégias que visam proporcionar certo “está aqui” de determinados eventos já vivenciados, esse discurso de Francisco Amorim demonstra que seria necessário documentar a memória de sua cidade, devendo ser registrada pela gravação (escrita). É uma memória que deve alcançar os mais jovens para que estes conheçam os atributos positivos do passado assuense, de modo que renovem seus espíritos por meio da sensibilidade da riqueza cultural e histórica do Assú e que possam dar continuidade a tal perspectiva. Assim, a memória seria o fio condutor das ações e glórias passadas perpetuadas no futuro mediante o impacto que esta causasse aos sujeitos do presente.

Desse modo, o discurso das lembranças infantis de Francisco Amorim traduz o sobrepujar do passado sobre o presente, o que implica pensar que este escritor mesmo possuindo resquícios de um modernismo, fortalece o passado “ideal”. Além do mais, a narrativa da infância desse escritor também se constitui em práticas de espaços, pois os relatos acerca dos lugares delineiam

espacialidades, uma vez que, conforme Certeau (2011, p. 177) “praticar o espaço é portanto repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no, lugar, ser outro e passar ao outro”.

Essa postura da reminiscência infantil não foi atributo somente de Francisco Amorim, pois também foi adotada, entre outros, pelo escritor modernista Manuel Bandeira, em seu poema “Evocação do Recife”, destacado no livro *Nordeste* (1925) de Gilberto Freyre, principal representante do Regionalismo-Tradicionalista do Nordeste e, portanto defensor da tradição desse espaço regional. Conforme D’Andrea, o poema modernista foi referenciado no clássico *Nordeste* de Freyre em função de sua evocação do tempo presente imobilizado, ocorrendo a sua negação, assim “Como elaboração de um passado, o poeta elege as lembranças infantis. Serão essas elas que lhe permitirão a volta a um tempo arquetípico que lhe é grato à memória: a meninice do poeta Bandeira” (FREYRE, 2010, p. 43-44).

Além disso, *Assu da Minha meninice* (1982) está no conjunto de produções que buscam desenhar um rosto assuense, na medida em que é uma volta ao passado, um revisitar dos principais acontecimentos e momentos históricos do lugar. Por este viés, Celso da Silveira ao prefaciá-la a referida obra, afirma que

Deve-se ver neste Assu da minha meninice, mais que presunção literária, um retrato recomposto de antepassado querido, que se coloca em moldura dourada em alto relevo no principal recanto de nossa sala. É o retrato de um Açú que estava empoeirado no porão, que mãos afetuosas descobrem e devolvem intacto ao nosso salão nobre da memória (AMORIM, 1982, p. 8).

Na perspectiva de Silveira, Francisco Amorim estava sendo responsável por “resgatar” a imagem do passado assuense, tirando-a do porão e levando a mesma ao “sótão”. Ele seria o sujeito fotógrafo que produzia um retrato do Assú, aquele delineador de certa significância ao local, haja vista que o rosto é aqui entendido como não puramente humano, mas produção, close ou retrato de um perfil facial, situado nas fronteiras da significância e da subjetividade. Francisco Amorim, conforme seus pares, teria legado ao Assú uma rostidade, teria fornecido um perfil a cidade mediante o enobrecer da memória local.

Para inscrever a cidade em suas narrativas, Francisco Amorim faz uso de duas prerrogativas apontadas por Barthes (1984), que são fundamentais neste processo: o escritor e o intelectual. Para Barthes, o primeiro é aquele que opera a linguagem estando ao lado da escrita; o segundo diz respeito ao sujeito que

imprime e publica sua fala. É com essa dupla condição que Chisquito constituiu sua arte da narrativa, ou seja, ele é um narrador que articula sua escritura evidenciando uma lição, notadamente que os assuenses reconhecessem uma cidade pelo viés poético, pela inteligência, pela harmonia social, pela ideia de raízes originariamente unificadas. Desse modo, sua narrativa passa a ter um tom utilitário, pois exerce uma função de conscientização. Para Benjamin (1985, p. 200), a dimensão utilitária da narrativa “pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira o narrador é um homem que sabe dar conselhos”.

Além do mais, essa postura de Francisco Amorim pode ser entendida mediante o relato de Velloso (apud MENICONI, 2004), haja vista podermos compreender que no transcorrer da história do Brasil, os intelectuais se distinguiram do conjunto da população reivindicando a função de condutores da sociedade, de guias da nação. Como bem evidencia Silva (2010), os intelectuais brasileiros, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, atuaram no sentido da transformação social mediante o despertar da consciência popular. Ainda salienta que “[...] não foram poucos os intelectuais que procuraram justificar suas obras e ações num *ethos* de missão civilizatória ou nacional, como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade” (2010, p. 24).

Temos, assim, uma ordem da escritura intelectual no Brasil, na medida em que os escritores exerciam o papel de conduzirem o povo, de mostrarem o caminho “correto”, ordenando trajetos. Assim, as produções escritas são consideradas neste contexto como um tipo de jurisprudência que debatida nos núcleos literários, agremiações e institutos levariam as principais problemáticas para os supremos tribunais das letras e da história, respectivamente à Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

Nesse sentido, podemos compreender que a arte escriturística de Francisco Amorim estava perpassada por estas noções, pois não o bastante ele estivesse inserido nessa temporalidade e contexto, suas produções apresentam traços de um escritor que pretendia guiar seus conterrâneos para conhecerem um tipo ideal de cidade, influenciando na maneira de ver o lugar. Sua postura implica uma espécie de “missão social”, na medida em que atuaria na formação de uma identidade local e concomitantemente a proteção dessa identidade frente a outras identidades.

Nessa perspectiva dos intelectuais como “guias esclarecidos do povo”, compreendemos que Francisco Amorim, mediante sua arte da escritura, não

poupou esforços para construir uma tradição local ancorada em um passado glorioso, um passado que explica as conquistas futuras, que identifica o habitante da cidade com a espacialidade. Ele promoveu um exercício para fazer as pessoas verem o espaço assuense pela ótica dos costumes em comum, pelo amor a sabedoria poética, pelo orgulho de terem nascido na terra de heróis da Guerra do Paraguai. Desse modo, *Assu em revista* (AMORIM, 1980, p. 3) traz no texto de apresentação o seguinte enunciado:

Esta revista não tem fins lucrativos. A sua publicação orienta-se no sentido propagar, espalhar e difundir os hábitos, os costumes, a tradição e a história da comunidade assuense, desde seus primórdios até a estação presente. Destacando os seus filhos, valorizando os seus feitos, enaltecendo as suas atitudes, como um exemplo à geração presente e um roteiro a geração futura.

Esta revista tinha como editor Francisco Amorim; assim, esse discurso de apresentação expressa o interesse dos que compunham a revista (intelectuais assuenses) de conservarem e propagarem uma memória local que orienta-se a geração presente e futura, pois o conteúdo da referida edição, além de apresentar uma série de anúncios comerciais e destaques políticos da região, estava voltado para a valorização das “raízes” históricas do Assú. Percebemos, também, no trecho extraído da apresentação da referida revista, os traços da matriz histórica do IHGRN, uma vez que é perceptível a noção de origem, continuidade, foco nos “fatos importantes” e valorização de personalidades tidas como de destaque.

É do próprio IHGRN que advêm elogios e o reforço as pretensões desta publicação, assim, em carta a Francisco Amorim, outro intelectual membro do IHGRN, Minervino Wanderley de Siqueira, comenta acerca da revista, evidenciando que “É preciso, porém, despertar essa geração nova, para que a mesma receba, com altivez e galhardia, o facho sagrado do amor à terra, para que a mesma, tão bela, continue sobranceira livre, poética e feliz para os nossos descendentes” (REVISTA DO IHGRN, 1981 – 1982, p. 117). Enuncia-se, desse modo, uma concepção, por parte desses intelectuais, de que seria necessário fazer com que as gerações mais jovens pudessem se sensibilizar com a notável obra dos antecedentes assuenses legada do passado.

Tomando por base a ideia de tradição apontada por Albuquerque Junior (2011, p. 90), na medida em que “o medo de não ter mais espaços numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo se esvaír,

é que leva à ênfase na tradição [...]”. Cabe perguntarmos acerca de qual seria a ameaça a tradição assuense que teria levado um grupo de intelectuais a agirem no sentido de conservação de uma memória, de uma construção identitária e de rostificarem a espacialidade local?

Assim, precisamos pensar em primeiro lugar nas identidades culturais, estas delineadas mediante os nossos aspectos de pertencimento a culturas religiosas, étnicas, raciais, lingüísticas e espaciais. A identidade pressupõe duas características principais: reconhecimento e pertencimento. Ela é demarcada pela diferença e pela relação, ou seja, ao se assumir determinada identidade concomitantemente você estará negando outras identidades. É preciso lembrar que, em grande parte, o forte investimento feito em prol da construção de determinada identidade reflete um processo de crise de identidades, haja vista que a (re)afirmação de posições identitárias denunciam momentos de dúvida, novos posicionamentos e outras possibilidades de pertencimento, tal conjunto de situações se choca com a perspectiva tradicional das identidades, por sua vez, pautadas nas práticas narrativas homogeneizadoras, pela ênfase nas origens, na continuidade e na tradição, ainda em mitos de fundação e pela ideia de originalidade de um povo (HALL, 2006).

Contextualizando esse momento histórico na tentativa de rastrear os indícios de uma modernidade que levou os intelectuais assuenses a reagirem à perda de referenciais tradicionais antes estabelecidos, podemos observar que, em nível de Brasil, conforme Mello e Novais (In: SCHWARCZ, 1998, p. 560), “[...] entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornamos uma nação moderna”. Vivíamos naquele momento um decisivo processo de industrialização, avanço tecnológico, migrações internas e o desenvolvimento urbanístico. Desde os anos de 1930 o país conseguirá produzir um padrão econômico moderno. Além do mais, foram incrementadas novas formas de sociabilidade ao passo que tínhamos a modernização do cinema, da indústria de alimentos, da construção civil, indústria pesada, entre outros. De modo que o país registrava mudanças em seus espaços públicos e privados.

Tomando por base esse contexto, a trajetória assuense ao longo do século XX acompanhou a lógica cidadina desta temporalidade, oportunidade em que são diagnosticados o aumento demográfico, a diversificação econômica e o avanço dos frutos da tecnologia. Além do mais, o município presenciava algumas “novidades”, pois, a partir de janeiro de 1960, Assú ganhava acesso

ao serviço telefônico, oportunidade em que foram instalados cerca de trinta aparelhos na cidade com a promessa da instalação de mais vinte neste mesmo ano (A REPÚBLICA, 1960). A população assuense também assistia, no início do ano de 1972, à presença de uma equipe cinematográfica na cidade realizando a produção do filme *Jesuino Brilhante*, tal realização era algo que mexia com a rotina local em função da presença da “modernidade cinematográfica”, daí o anúncio da equipe de filmagem na cidade prendia a atenção da população local (O MOSSOROENSE, 1972). Outras novidades surgiam na cidade, principalmente o melhoramento no abastecimento de água com os serviços iniciados pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN); a chegada dos serviços de iluminação elétrica de Paulo Afonso em 1967 e a criação da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), espaço que dinamizou as práticas esportivas e festivas da cidade.

Em algumas de suas obras, Francisco Amorim elabora uma crítica direta à conjuntura moderna vivida pela sociedade da segunda metade do século XX. Ao tratar da *História do Teatro no Assu* (1972), este escritor percebeu certas complexificações da vida tradicional mediante os elementos da modernidade, pois “nota-se, pela desconexão das datas, que aqui e ali, dava-se um colapso na vida teatral assuense. Essas quedas, esses fracassos, devem-se, em parte, ao aparecimento do cinema, da televisão, dos movimentos esportivos, em geral” (AMORIM, 1972, p. 1). Observa-se aqui certo desconforto com os frutos da modernidade.

Considerações finais

Considerando que os “intelectuais são homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ ou escrita” (GOMES, 2004, p. 51), entendemos que o discurso escriturístico de Francisco Amorim situou-se na ordem das letras, pois foi legitimado pelo lugar institucional do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e pelo próprio espaço literário no qual o escritor se inseria. Sua escritura demonstra a tessitura narrativa de um tipo de arquiteto da memória, haja vista que foi ele quem no exercício de recordar e registrar buscou instituir uma memória e concomitantemente uma identidade ao Assú.

As produções desse autor demonstram a dupla face de sua escritura, pois, ao mesmo tempo em que se tem uma escrita de si, consubstanciada por uma

escritura voltada para a produção de uma memória, esta, por sua vez, dotada de uma subjetividade/sensibilidade demarcada por uma trajetória individual que territorializou uma identidade de texto e de autor, também se tem uma escritura que se expressa como pertencente a um enredo identitário do espaço assuense e a uma rede discursiva que constrói esse enredo num platô coletivo pautando-se num passado ideal. Assim, concordamos com Candau (2011, p.74), quando evidencia que “[...] todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade”.

Francisco Amorim tornou-se um arquiteto da invenção, da construção de uma tradição identitária para o lugar onde viveu transformando-o em espaço, este que no sentido conceitual e prático é fruto “[...] das artes, das astúcias dos homens que buscam definir fronteiras, estabelecer proximidades, distâncias e separações entre homens e coisas do mundo [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 82). Além do mais, o conjunto de práticas simbólicas, ritualísticas e discursivas que proporcionaram a propagação de valores e comportamentos espelhados no passado, por sua vez, construtores de uma tradição assuense, pautaram-se em uma arte da escrita que buscou a identidade do Assú por meio do pertencimento a uma territorialidade rostificada como espaço de história, poesia e tradição.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011a.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre a história e a ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

D'ADREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas*. 2. ed. Rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MELLO, João Manuel de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-658.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. *Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

SILVA, Bianca Nogueira da. *O ser e o fazer: os intelectuais e povo no Recife dos anos 1960*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.